

Imposto e crescimento

Contrariando os pessimistas, que previam o arrefecimento da atividade econômica após a chegada do real, a economia brasileira apresentou, no terceiro trimestre do ano, crescimento de 6% sobre igual período de 1993. É o maior aumento já registrado pelo IBGE desde 1980, quando iniciou o acompanhamento trimestral do PIB brasileiro.

No acumulado dos nove primeiros meses do ano, o crescimento é de 4,5% sobre igual período de 1993, o que leva os técnicos do IBGE a prever que, em 1994, o PIB brasileiro crescerá 4,3%, resultado igual ao do ano passado.

Muitos analistas previam que, com a nova moeda, haveria um desaquecimento da produção, por causa das incertezas que o plano de estabilização criaria. No segundo trimestre do ano, a produção tinha sido inferior à do primeiro, o que parecia fortalecer a previsão.

No entanto, o Plano Real produziu resultados rápidos e extraordinários sobre a inflação, o que teve impacto extremamente positivo sobre as expectativas da sociedade e provocou um salutar aumento da demanda. Isso estimulou a produção e levou ao histórico crescimento do PIB nos três primeiros meses de circulação da nova moeda.

Os números divulgados pelo IBGE desmentem não apenas os pessimistas mas também os que, por motivos eleitorais, apontavam a redução dos salários reais como consequência inevitável do Plano Real.

Os segmentos que mais impulsionaram o crescimento do PIB após a chegada do real foram a construção civil, a indústria de transformação e a agropecuária. Com mais dinheiro no bolso, a população, sobretudo a mais pobre, pôde realizar as obras domésticas que vinham sendo adiadas por causa da perda de renda provocada pela inflação. É isso que explica boa parte do crescimento de 6,1% da indústria da construção no trimestre. A população pôde tam-

bém realizar compras antes proibidas pelo alto custo dos financiamentos, como as de eletrodomésticos. Comprou mais roupas e mais alimentos, o que se constata no crescimento da produção de bens semiduráveis e não-duráveis. Pôde, também, alimentar-se melhor, com mais proteínas, como mostra o aumento de 19% no abate de frangos, de 20% no de suínos e de 11,5% no de bovinos.

O fim do chamado imposto inflacionário beneficiou sobretudo os que mais perdiam com a inflação, a camada mais pobre da população. É essa camada que, de acordo com os dados do IBGE, deve continuar a estimular a produção. O Plano Real teve, como se vê, efeitos fortes sobre os salários. Mas para aumentá-los, não para reduzi-los, como previam os críticos. "Os efeitos redistributivos de renda foram extremamente positivos para a economia", afirma o responsável pelo estudo do IBGE sobre o PIB, Almir Cronemberger.

O aquecimento da economia tem contribuído fortemente para que a arrecadação de impostos pelo governo federal continue a bater recordes sucessivos. Em novembro, a receita tributária federal chegou a R\$ 5,8 bilhões, um recorde histórico, e, em dezembro, pode chegar à notável cifra de R\$ 7,2 bilhões, por causa das vendas de fim de ano, de acordo com estimativas de técnicos do Banco Central. Do ponto de vista fiscal, por isso, o governo Fernando Henrique deve ter um início tranquilo.

Os dados apresentados acima comprovam mais uma vez que o melhor caminho para elevar a arrecadação federal não é o aumento da carga tributária, mas o aumento da base de arrecadação dos impostos. Junto com o aumento da renda média dos brasileiros e com o crescimento da produção (fruto da redução de alíquotas), uma reforma tributária que atenda a esses princípios promete promover um efeito de multiplicação geométrica da arrecadação.

9 DEZ 1994

JORNAL DA TARDE